



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS
Procuradoria Jurídica

Parecer nº 077/2022

Projeto de Lei nº 227/2022, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula em rematrícula escolar em todo o território do Município de Sant'Ana do Livramento, e dá outras providências”. Constitucionalidade. Sugestão de emenda. Ressalvas.

Trata-se de solicitação de parecer formulada pela Vereadora Maria Helena Duarte, datada de 08/11/2022, acerca do Projeto de Lei nº 227/2022, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula em rematrícula escolar em todo o território do Município de Sant'Ana do Livramento, e dá outras providências”. Recebida a solicitação de parecer em 17/11/2022. Autuado e rubricado até fls. 04.

Preceitua a Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;



Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

Procuradoria Jurídica

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Via de regra, junto à proposição, não se vislumbram disposição que afete diretamente a Administração Pública, a ponto de que se configure eventual vício de iniciativa¹.

“Noutras palavras, não se trata sequer de reconhecer direitos, visto que eles emanam da própria Constituição, mas de lhes dar concretude. Trata-se, assim, de providência exigida de todos os poderes do Estado. Conforme fiz observar quando do julgamento da ADI 5.243, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Red. para o acórdão Min. Edson Fachin, Pleno, DJe 02.08.2019, não há invasão de competência quando o poder legislativo limita-se a explicitar o conteúdo de direito fundamental já expresso na Constituição.”² [grifo nosso]

Todavia, para fins de adequação, sugestiona-se alteração na redação do art. 1º, para que conste “rede pública municipal”, sob pena que o Município esteja tendo ingerências em escolas públicas estaduais, que, por sua vez, já possuem regramento junto à Lei Estadual nº 15.409/2019, anexa.

Ainda, sugere-se, para uma mais clara redação, que junto ao art. 4º, se dê substituição da palavra “regulamentação” por “regularização”.

Ainda assim, prudente que o Setor Legislativo certifique a existência (ou não) de legislação de igual/similar jaez, a fim que se evite eventual conflito de leis. Em caso positivo, se for o caso, e havendo solicitação expressa, que retorne para parecer complementar.

¹ Constituição Estadual.

Art. 8º O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por lei orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

Art. 60. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II - disponham sobre:

d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.

² Extraído do acórdão A G .REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.282.228 RIO DE JANEIRO. Disponível em https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&queryString=1282228&sort=_score&sortBy=desc acesso em 17/11/2022.




Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS
Procuradoria Jurídica

Assim, o parecer, s.m.j., de caráter opinativo³⁴, é pela constitucionalidade do PL em voga, com observância das ressalvas expressas, e, obviamente, desde que não há legislação municipal vigente sobre o tema, o que é condição para a regular tramitação da presente proposição.

Em que pese desnecessário explicitar, registre-se que o presente parecer não exime as Comissões pertinentes das respectivas análises acerca do PL.

Ainda, em anexo, Orientação Técnica IGAM nº 24.420/2022, datada de 17/11/2022.

Sant'Ana do Livramento, 21 de novembro de 2022.


Christiano Fagundes da Silva
Procurador Jurídico

³ STF. MS 24073.

⁴ O parecerista, como ensina a lição de Celso Antonio Bandeira de Mello, não pratica ato administrativo, “sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa informar, elucidar, sugerir providência administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa.”. Prerrogativas da Advocacia Pública. Luiz Henrique Sormani Barbugiani. Editora Fórum. 2016. pág. 109.

Protocolo: 2019000373493

LEI Nº 15.409, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato de matrícula ou rematricula de alunos nas escolas das redes de ensino público e privado do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º É obrigatória a apresentação, pelos pais ou responsáveis, da carteira de vacinação dos alunos no ato de suas matrículas ou rematrículas nas escolas das redes de ensino público e privado do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Os pais ou responsáveis que não apresentarem a carteira de vacinação ou apresentarem a carteira desatualizada serão notificados no ato da matrícula ou rematricula para procederem à entrega ou à sua devida regularização.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no "caput", entende-se por carteira de vacinação atualizada aquela que contar com todos os registros prescritos, conforme a idade, no Calendário Nacional de Vacinação emitido pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º Os pais ou responsáveis deverão apresentar a carteira de vacinação atualizada na escola no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação descrita no art. 2.º desta Lei.

Parágrafo único. Descumprido o disposto no "caput", o estabelecimento de ensino fica autorizado a comunicar formalmente a situação da criança ao Conselho Tutelar da área de sua abrangência, para as devidas providências e a reparação de direitos, sem quaisquer prejuízos à efetivação da matrícula.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 19 de dezembro de 2019.

EDUARDO LEITE,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.

OTOMAR VIVIAN,
Secretário-Chefe da Casa Civil.

Protocolo: 2019000373495

LEI Nº 15.410, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

Altera a Lei nº 12.616, de 8 de novembro de 2006, que institui a Política Estadual de Empreendedorismo, a ser desenvolvida nas escolas técnicas e de nível médio do Estado do Rio Grande do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º Na Lei nº 12.616, de 8 de novembro de 2006, que institui a Política Estadual de Empreendedorismo, a ser desenvolvida nas escolas técnicas e de nível médio do Estado do Rio Grande do Sul, são introduzidas as seguintes alterações:

I - a ementa passa a ter a seguinte redação:

"Institui a Política Estadual de Educação Empreendedora, a ser desenvolvida no âmbito das escolas técnicas e das escolas de nível médio do Estado do Rio Grande do Sul.";

II - o art. 1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Educação Empreendedora, a ser desenvolvida no âmbito das escolas técnicas e das escolas de nível médio do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 1º Entende-se por empreendedorismo o aprendizado pessoal que, impulsionado pela motivação, criatividade e



Porto Alegre, 17 de novembro de 2022.

Orientação Técnica IGAM nº 24.420/2022.

I. O Poder Legislativo de Santana do Livramento solicita orientação técnica acerca do Projeto de Lei nº 227, de 2022, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Vacinação no ato da matrícula e rematrícula escolar em todo o Município”.

Registra-se que a proposição tem origem no Legislativo.

II. Quanto à competência legiferante, assinala-se que aos Municípios assiste legitimidade para legislar em caráter suplementar sobre a proteção e defesa da saúde e educação, nos termos do inciso do art. 24 da Constituição Federal.

A respeito da iniciativa parlamentar, cabe notar que a matéria em nada intervém na estrutura e funcionamento dos entes da Administração Pública e seus órgãos ou no Regime Jurídico dos servidores públicos, de modo que, à luz do Tema de Repercussão Geral nº 917 do Supremo Tribunal Federal, não se vislumbra obstáculo à deflagração do processo legislativo no caso concreto.

Com efeito, tais posições encontram respaldo no entendimento adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ao proceder o exame da constitucionalidade de norma muito semelhante:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei Municipal nº 9.086, de 12-11-2018, do Município de Jundiá, de origem parlamentar, que 'exige apresentação de comprovante de vacinação no ato da matrícula em creches e estabelecimentos de ensino infantil, fundamental e médio' – Alegado conflito entre o Poder Legislativo local e a União Federal, em âmbito federal, o Poder Legislativo local e o Estado, na esfera estadual, e entre os Poderes Legislativo e Executivo, no âmbito do Município de Jundiá, além de violação aos princípios da razoabilidade e do devido processo legal – Inocorrência. 1 - Usurpação de competência. Ensino e saúde. Competência legislativa concorrente. Questão que envolve interesse local. Competência legislativa da União para estabelecer normas gerais e dos Estados e Municípios para suplementar a legislação federal, no que couber. Art. 24, IX e XII, da CF/88. 2 - Usurpação de competência. Ensino e saúde. Inexistência de conflito entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, no âmbito do Município de Jundiá. Lei que não veicula atos de gestão. Competência legislativa comum. Tema de Repercussão Geral nº 917. 3 - Princípio da razoabilidade. Ato legislativo que apenas estabelece ação de política pública voltada à proteção da saúde da criança e do adolescente, nos termos do art. 227 da CF/88, sem condicionar a efetivação da matrícula escolar à apresentação da carteira ou comprovante de vacinação do aluno. 4 - Ação improcedente. (TJSP; Direta de

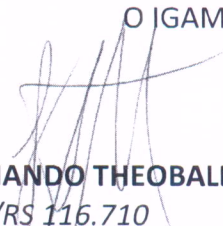


Inconstitucionalidade 2215909-06.2019.8.26.0000; Relator (a): Carlos Bueno; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 12/02/2020; Data de Registro: 17/02/2020)

Nada obstante, vez que tal tema resta permeado por debate jurisprudencial incipiente, recomenda-se que a proposição analisada seja reestruturada a fim de adotar a redação do texto que teve sua constitucionalidade afirmada no julgado recém referido – mantida, em todo caso, a imprescindível disposição constante no art. 4º quanto à inafastabilidade do direito à matrícula.

III. Diante do exposto, verifica-se que projeto de lei aqui tratado encontra respaldo em precedentes jurisprudenciais recentes, de modo que, ressaltada a natureza opinativa do parecer jurídico, se conclui pela viabilidade jurídica de sua tramitação, cabendo ao Plenário da Câmara Municipal deliberar sobre o mérito da proposição.

O IGAM permanece à disposição.



FERNANDO THEOBALD MACHADO
OAB/RS 116.710
Consultor Jurídico do IGAM



EVERTON M. PAIM
OAB/RS 31.446
Consultor Jurídico do IGAM

